

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, RELATOR DA  
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL –  
ADPF Nº 248**

**COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS LTDA. (COCATREL)**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Três Pontas, Minas Gerais, à Rua Bento Brito nº 110, CEP 37190-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.266.685/0001-43, e **COOPERATIVA CENTRAL DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MINAS GERAIS LTDA. – COCCAMIG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.833.935/0001-66, com sede na Alameda do Café, nº 1.000, Jardim Andere, Varginha, Minas Gerais, CEP nº 37026-010, pelos advogados constituídos nos termos dos instrumentos de mandato anexos, vêm, perante Vossa Excelência, com fundamento no § 2º do art. 6º, da Lei nº 9.982, de 03.12.1999, e dos arts. 119 e 138 do novo Código de Processo Civil, requerer

**ADMISSÃO COMO *AMICUS CURIAE* ou como ASSISTENTE**

nos autos da ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECETIO FUNDAMENTAL (ADPF) nº 248, requerida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC com a finalidade de este Supremo Tribunal Federal conferir ao art. 168, inciso I, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), interpretação conforme a Constituição Federal e

fixar o entendimento de que **o prazo** prescricional para a repetição de tributo declarado inconstitucional **deve ser contado a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal** que declarar a inconstitucionalidade;

**ou**, por eventualidade

determinar que a nova orientação do STJ fixada no sentido de que o termo inicial desse prazo prescricional é a data do pagamento indevido - EREsp 435.835/SC -, somente se aplique às demandas iniciadas após 4 de junho de 2007 (**data da publicação do acórdão nesse julgado**) ou, caso assim não entenda, após 24 de março de 2004 (**data do julgamento do feito pelo STJ**).

### **DA LEGITIMIDADE DA INTERVENÇÃO**

O art. 138 do novo Código de Processo Civil autoriza o relator admitir, como *amicus curiae*, pessoa natural ou jurídica, “*considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia*”. Por sua vez, o art. 119 do mesmo código autoriza a intervenção de terceiro juridicamente interessado na demanda, na qualidade de assistente.

A relevância da matéria é manifesta porque afeta milhares de contribuintes brasileiros. Ela se torna mais relevante ainda na medida em que muitos contribuintes foram pegos de surpresa pela decisão do STJ (EResp 435.835/SC) que alterou a jurisprudência consolidada, do próprio STJ e de diversos tribunais, firmada no sentido de que o prazo prescricional da ação de repetição de indébito tributário tinha como termo inicial “*a data do trânsito em julgado da declaração de inconstitucionalidade, em controle concentrado de constitucionalidade, ou a publicação da Resolução do Senado Federal, caso a declaração de inconstitucionalidade tenha-se dado em controle difuso de constitucionalidade*”.

Muitos contribuintes viram a segurança jurídica que envolve a confiança nas decisões judiciais ser quebrada, e pleitos deduzidos, tempestivamente, com base no entendimento consolidado, serem indeferidos porque o Superior Tribunal de Justiça mudou seu entendimento jurisprudencial sobre o tema.

As requerentes são autoras de demandas em que pleiteiam a restituição da **Cota de Contribuição sobre Exportações de Café**, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 1997. A primeira requerente ingressou com a Ação Ordinária nº 20548-12.2013.4.01.3400, e, a segunda, com a Ação Ordinária nº 47333-40.2015.4.01.3400, ambas perante a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal. Antes disso, tinham ingressado com pleito administrativo em 2001, quando ainda vigia o entendimento de que o termo inicial do prazo prescricional era a data da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Seus pleitos administrativos foram indeferidos com base na nova orientação do STJ, razão por que tiveram que recorrer à via judicial.

### **RAZÕES QUE JUSTIFICAM A PROCEDÊNCIA DA ADPF**

Além dos fundamentos deduzidos na inicial da ADPF 248, todos de grande relevância e que justificam a procedência da ação, aduz-se outros preceitos fundamentais que também se entende violados pela nova orientação do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, os quais são apresentados a seguir.

#### **1. Violação do princípio da moralidade administrativa**

Um Estado que pretenda ser ético não pode se apropriar de valores que, em face do seu poder de império, recolhe indevidamente dos seus cidadãos.

O princípio da moralidade administrativa visa a alcançar uma conduta ética segundo o direito posto. Ou seja, ele se impõe pela força jurídica estatal –

moral jurídica -, diferenciando-se da moral que decorre do direito natural e que se firma no elemento interno, volitivo, sem qualquer força coercitiva externa.

A Constituição Federal de 1998 elevou a moralidade administrativa ao nível de princípio constitucional e requisito de validade dos atos administrativos. E assim o fez de forma expressa no art. 37, *caput*, ao enumerar os princípios constitucionais da administração pública.

Em sendo assim, o contribuinte que pagou o tributo e não questionou a constitucionalidade da lei que o institui, **fundando-se na presunção de constitucionalidade das leis**, depositou no Estado uma confiança que não pode ser quebrada. Isso porque, **se o Estado rompe a confiança que o cidadão deposita em suas instituições, viola a ética e a moral administrativas**. A atividade pública tem como premissa essencial a confiança que os cidadãos depositam naqueles que representam as instituições do Estado.

Admitir que o decurso do tempo possa convalidar os atos estatais inconstitucionais constitui verdadeiro **estímulo à edição de normas tributárias inconstitucionais**.

Por certo que uma interpretação jurisprudencial que conduza a resultados dessa natureza não se compatibiliza com o princípio da moralidade administrativa.

## **2. Princípio da Isonomia**

O entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, ora questionado, implica tratamento desigual entre contribuintes em uma mesma situação jurídica.

Com efeito, o contribuinte devedor de um tributo não pago na época própria fica desobrigado de fazê-lo se o mesmo for declarado inconstitucional, com eficácia *ex tunc*. Por outro lado, **o contribuinte que tiver pago regularmente o tributo devido, partindo do pressuposto de que as leis gozam de presunção de constitucionalidade**, poderá não ter direito à repetição do indébito se entre o pagamento indevido e a declaração de inconstitucionalidade tiver decorrido o prazo do CTN que o Superior Tribunal de Justiça entende aplicável à espécie.

Patente, portanto, que a questionada orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça tem repercussão na esfera do tratamento igualitário que todo contribuinte deve ter diante da norma jurídica inválida.

### **3 Princípio do não confisco**

A regra de prescrição que rege as relações tributárias normais não pode ser arguida como fundamento jurídico válido para negar o direito à restituição de um tributo cobrado durante a vigência de uma lei declarada inconstitucional pela Suprema Corte, sob pena de configurar confisco daquilo que fora pago indevidamente e de boa-fé, **fundado na presunção de constitucionalidade da lei**.

Com efeito, se o Estado, no exercício do seu poder de império para instituir e cobrar tributo, utiliza-se desse poder para editar leis inconstitucionais, a recusa em devolver o que arrecadou indevidamente tem a mesma natureza de confisco, que é vedado pela norma estabelecida no inciso V do art. 150 da Constituição Federal.

### **DO PEDIDO**

Pelas razões expostas, requerem a admissão na presente ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECETIO FUNDAMENTAL (ADPF)

nº 248, seja na qualidade de *amicus curiae*, seja de assistente da requerente, postulando que a mesma seja julgada procedente, nos termos dos pedidos nela formulados.

Pede deferimento.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2016.

José Leovegildo Oliveira Moraes  
OAB/DF nº 16.484